

# Política



DIDA SAMPAIO/ESTADÃO

**Emendas**  
Alves (foto) critica veto de Dilma e PMDB lança retaliação Pág. A8

**Instância.** Juiz acolhe pedido da Polícia Federal e remete para o Supremo investigação que menciona deputados federais e outros agentes públicos que detêm foro privilegiado; em recente depoimento ao MPF, ex-executivo da Siemens fala em 'acordos financeiros' com políticos

## Justiça manda para o STF inquérito sobre o cartel dos trens em São Paulo

Fausto Macedo  
Fernando Gallo

A Justiça Federal decidiu remeter para o Supremo Tribunal Federal o inquérito que investiga o cartel no sistema metroferroviário de governos do PSDB em São Paulo, entre 1998 e 2008. A decisão do juiz Marcelo Costenaro Cavali, da 6.ª Vara Criminal Federal, acolhe representação da Polícia Federal.

Cavali considerou que as citações a autoridades com prerrogativa de foro no STF feitas pelo ex-diretor da Siemens Everton Rheinheimer em delação premiada feita em 14 de outubro na Polícia Federal são suficientes para justificar o envio do inquérito ao Supremo. Rheinheimer confirmou as declarações em depoimento no Ministério Público Federal, semana passada.

No relato ao MPF, ele descreveu "contatos e reuniões pessoais" e "acordos financeiros" com deputados. Rheinheimer contou que alguns interlocutores lhe sugeriam acerto em porcentual sobre contratos do setor de transportes e disse que autoridades receberam recursos desviados do projeto Boa Viagem da Companhia Paulista de Trens Metropolitanos (CPTM) – a aquisição de 384 carros feita pela estatal consta dos seis contratos denunciados pela multinacional alemã Siemens ao Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE) por formação de cartel.

O ex-diretor da Siemens confirmou à Procuradoria as informações que registrou em carta não assinada, de 17 de abril de 2013, entregue pelo secretário de Serviços da Prefeitura de São Paulo e deputado estadual licen-

ciado, Simão Pedro (PT), ao ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo. Na carta, afirma que o consultor Arthur Teixeira, a quem a PF chama de lobista, lhe informou que o secretário da Casa Civil de São Paulo, Edson Aparecido (PSDB), e o deputado federal Arnaldo Jardim (PPS-SP) eram recebedores de "comissão" do esquema.

Edson Aparecido classificou ontem Rheinheimer como "uma figura criminoso que fala de coisas que ouviu dizer". O secretário elogiou a decisão de Cavali por entender que o STF é o foro adequado para cuidar do caso. Jardim e Teixeira também negam enfaticamente as afirmações de Rheinheimer.

Na carta, o ex-diretor falou ainda sobre "políticos envolvidos com a Procont" – consultoria de Arthur Teixeira –, citando o senador Aloysio Nunes (PSDB-SP) e os secretários estaduais Jurandir Fernandes, José Aníbal (PSDB) e Rodrigo Garcia (DEM) – estes dois também deputados federais licenciados. Rheinheimer declarou ainda que Teixeira mantinha "relação muito próxima" com o deputado federal Walter Feldman (PSB) e o deputado estadual Campos Machado (PTB). "Estou despreocupado, não conheço nem esse Everton nem o Teixeira, nunca vi na vida, nunca falei com eles", afirmou ontem Campos Machado.

**Ressalva.** A Justiça Federal esclareceu que "o inquérito policial foi remetido ao STF em razão de ter sido mencionada a eventual prática de infrações penais por autoridades detentoras de foro por prerrogativa de função perante aquela Corte". A decisão do juiz Marcelo

### Delator vincula deputados a propina

● Ao pedir que o inquérito do cartel fique em São Paulo, o Ministério Público Federal afirmou: "Os nomes de deputados estaduais e federais são citados (por Rheinheimer) apenas no âmbito do Projeto Boa Viagem (compra de 384 vagões da CPTM) como supostos beneficiados de propinas, embora conste o relato de pagamentos ilegais, generalizados, em pelo menos 3 projetos – nestes casos não há nenhuma acusação direta de que tais autoridades fossem beneficiárias de propina."

Cavali preenche 4 páginas e traz ressalva importante. "A remessa dos autos ao Supremo não implica reconhecimento pelo magistrado responsável pela supervisão do inquérito da existência de indícios concretos de práticas criminosas pelas autoridades referidas."

Cavali pondera que a ordem se fundamenta "apenas no entendimento de que compete ao STF supervisionar eventuais medidas investigatórias relacionadas a tais autoridades".

**Delatores.** Todo o acervo do inquérito Siemens – 15 volumes de documentos, relatos de testemunhas e apensos – seguirá para o STF, exceto os depoimentos dos delatores, Rheinheimer e Jan Malte Orthmann, também ex-executivo da multinacional. Apenas o primeiro cita parlamentares. Por precaução, para não expor os delatores e para que investigados não tenham acesso às suas revelações, o juiz

vai manter esses documentos sob sua guarda, até que seja sorteado o ministro relator do STF a quem será distribuído o caso Siemens. Quando isso ocorrer, o juiz enviará os depoimentos para Brasília, lacrados.

Enquanto o Supremo não decide o que fazer com o inquérito do cartel de trens continua vigorando o sequestro de R\$ 55,45 milhões de um grupo de suspeitos, entre eles o engenheiro João Roberto Zaniboni, ex-diretor de Operações e Manutenção da CPTM.

O delegado Milton Fornazari Júnior, que pediu a remessa dos autos para o Supremo, enfatizou a "necessidade imediata de início de investigações em relação às pessoas acima mencionadas", se referindo aos políticos citados. A PF destacou que "foram citados, por depoente com identidade preservada e no âmbito de procedimento sigiloso, nomes de autoridades com prerrogativa de foro, supostamente envolvidas na prática e conhecimento dos crimes de cartel e de corrupção ativa e passiva, evasão de divisas e lavagem de dinheiro, envolvendo diversas obras no setor metroferroviário de São Paulo, executadas entre 1999 e 2007".

A investigação chegou a um impasse. A PF pretendia ouvir uma testemunha para confirmar o relato do ex-diretor da Siemens, mas tal ato poderia caracterizar a investigação sobre detentores de foro especial.



**NA WEB**  
Linha do tempo. Saiba mais sobre o cartel dos trens

[www.estadao.com.br/e/cartel](http://www.estadao.com.br/e/cartel)

### INQUÉRITO VAI PARA O SUPREMO

● A Justiça Federal decidiu ontem remeter ao Supremo inquérito da Polícia Federal que investiga o cartel de trens e metrô

#### 1. A investigação

Aberto em 2008, o inquérito investiga a formação de cartel e o pagamento de propina por empresas do setor metroferroviário em São Paulo e no Distrito Federal

#### 2. Indiciados no inquérito até agora

**João Roberto Zaniboni**  
(ex-diretor da CPTM)

**Ademir Venâncio de Araújo**  
(ex-diretor da CPTM)

**Arthur Teixeira**  
(consultor apontado como lobista do cartel)

**Oliver Hossepian Salles de Lima**  
(ex-presidente da CPTM)

**Mariana Colombini Zaniboni**  
(filha de João Roberto Zaniboni)

**Milena Colombini Zaniboni**  
(filha de João Roberto Zaniboni)

#### 3. Despacho do delegado

DOCUMENTO DA POLÍCIA FEDERAL DE 18 DE NOVEMBRO

Ao indiciar os suspeitos, o delegado Milton Fornazari afirma haver provas de que lobistas tinham a função de efetuar o pagamento de propinas a políticos



## Doleiro diz que buscava dinheiro vivo na CPTM com ex-diretor

Em depoimento à Polícia Federal, Marco Cursini disse que recebia dólares de João Roberto Zaniboni na sede da estatal paulista

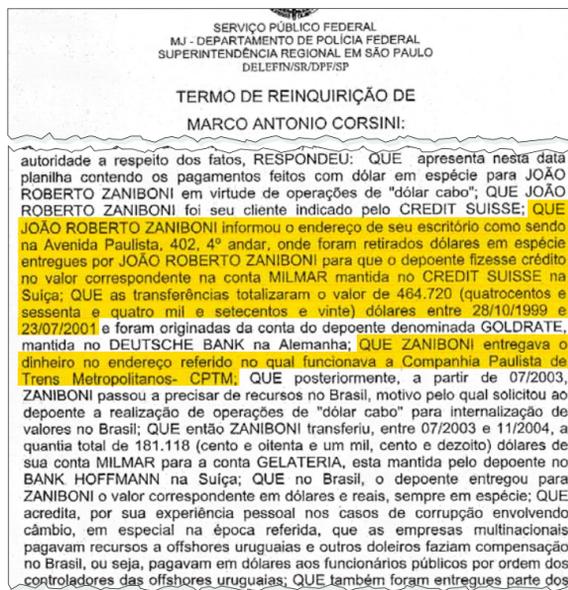
### EXCLUSIVO

O doleiro Marco Antonio Cursini afirmou, em depoimento à Polícia Federal, que recebia do ex-diretor de Operações da Companhia Paulista de Trens Metropolitanos (CPTM) João Roberto Zaniboni, na sede da estatal, em São Paulo, dólares em dinheiro vivo para realizar operações de dólar cabo para a Suíça. Zaniboni está condenado naquele país europeu por lavagem de dinheiro.

No Brasil, ele é apontado pela polícia como intermediário no pagamento de propinas a agentes públicos e políticos ligados ao governo de São Paulo e está indiciado sob suspeita de ter cometido os crimes de lavagem de dinheiro, formação de cartel, corrupção e crime financeiro. Ele foi diretor da CPTM entre os anos de 1999 e 2003.

O dólar cabo é uma operação de transferência eletrônica na moeda americana sem comunicação ao Banco Central ou declaração à Receita Federal.

Cursini foi condenado em 2009 a uma pena de 3 anos e 3 meses de prisão por lavagem de dinheiro, evasão de divisas e so-



'Cliente'. Trecho de depoimento de doleiro à Polícia Federal

### Pagamento foi por serviços prestados, afirma advogado

● O advogado de defesa de João Roberto Zaniboni, Luiz Fernando Pacheco, afirmou que seu cliente recebeu dinheiro a título de serviços prestados antes de ele ter assumido a direção da CPTM. "É possível que tenha recebido,

sim (o dinheiro de Cursini). Porque o Zaniboni, quando já estava na CPTM, recebeu pagamentos por serviços prestados anteriormente, mas que estavam em atraso."

O governo paulista informou, por meio de nota, que a "Corregedoria-Geral da Administração (CGA) já abriu procedimentos para apurar o assunto e punirá com rigor o eventual envolvimento de servidores públicos em qualquer irregularidade".

negação, no caso Banestado. Ele foi beneficiado com redução de pena em delação premiada. Revelou clientes e pagou indenização significativa, R\$ 4 milhões ao todo, por decisões da Justiça Federal no Paraná e em São Paulo. Também fez pacto de colaboração na Operação Castelo de Areia da Polícia Federal – anulada por ordem do Superior Tribunal de Justiça.

**Transferências.** No depoimento, prestado em 17 de outubro, Cursini declarou que Zaniboni informou seu escritório como sendo na Avenida Paulista, 402, 4.º andar, onde foram retirados dólares em espécie entregues por JOÃO ROBERTO ZANIBONI para que o depoente fizesse crédito no valor correspondente na conta MILMAR mantida no CREDIT SUISSE na Suíça; QUE as transferências totalizaram o valor de 464.720 (quatrocentos e sessenta e quatro mil e setecentos e vinte) dólares entre 28/10/1999 e 23/07/2001 e foram originadas da conta do depoente denominada GOLDRATE, mantida no DEUTSCHE BANK na Alemanha; QUE ZANIBONI entregava o dinheiro no endereço referido no qual funcionava a Companhia Paulista de Trens Metropolitanos – CPTM. QUE posteriormente, a partir de 07/2003, ZANIBONI passou a precisar de recursos no Brasil, motivo pelo qual solicitou ao depoente a realização de operações de "dólar cabo" para internalização de valores no Brasil; QUE então ZANIBONI transferiu, entre 07/2003 e 11/2004, a quantia total de 181.118 (cento e oitenta e um mil, cento e deztoito) dólares de sua conta MILMAR para a conta GELATERIA, esta mantida pelo depoente no BANK HOFFMANN na Suíça; QUE no Brasil, o depoente entregou para ZANIBONI o valor correspondente em dólares e reais, sempre em espécie; QUE acredita, por sua experiência pessoal nos casos de corrupção envolvendo câmbio, em especial na época referida, que as empresas multinacionais pagavam recursos a offshores uruguaios e outros doleiros faziam compensação no Brasil, ou seja, pagavam em dólares aos funcionários públicos por ordem dos controladores das offshores uruguais; QUE também foram entregues parte dos

transferências. No depoimento, prestado em 17 de outubro, Cursini declarou que Zaniboni informou seu escritório como sendo na Avenida Paulista, 402, 4.º andar, sede da CPTM. O doleiro afirmou que o cliente foi indicado pelo banco Credit Suisse e que depositava o dinheiro na conta Milmar, na Suíça. No relatório, a PF anotou: "Marco Antonio Cursini declarou que as transferências totalizaram o valor de 464.720 dólares entre 28/10/1999 e 23/7/2001. Zaniboni entregava o dinheiro no referido endereço onde funcionava a Companhia Paulista de Trens Metropolitanos. A partir de 07/2003, Zaniboni passou a precisar de recursos no Brasil, motivo pelo qual solicitou ao depoente (Cursini) a realização de operações de dólar cabo para internalizar valores no Brasil".

O doleiro afirmou que, entre julho de 2003 e novembro de 2004, transferiu a quantia de US\$ 181,1 mil entre contas na Suíça, e entregou a Zaniboni no Brasil, em dólares e reais, o valor correspondente em espécie.

Ao prestar depoimento, Cursini apresentou à PF planilha contendo todos os pagamentos que fez a Zaniboni entre 1999 e 2004. / F.M., F.G. e RICARDO CHAPOLA

#### 4. Relatório de ex-diretor da Siemens

TEXTO DE 17 DE ABRIL ANEXADO AO INQUÉRITO

Em relatório não assinado, Everton Rheinheimer diz ter "documentos que provam a existência de um forte esquema de corrupção" em São Paulo, cujo objetivo era abastecer "caixa 2 do PSDB e DEM", e cita políticos

Tenho em meu poder uma série de documentos (originais) que provam a existência de um forte esquema de corrupção no estado de São Paulo durante os governos Covas, Alckmin e Serra, e que tinha como objetivo principal o abastecimento do "Caixa 2" do PSDB e do DEM.

Trata-se de um esquema de corrupção de grandes proporções, porque além de envolver as maiores empresas multinacionais do ramo ferroviário como Alstom, Bombardier, Siemens e Caterpillar e os governos do estado de São Paulo e do Distrito Federal, conta também com toda a atenção do CADE e do MP-SP.

#### OS CITADOS POR RHEINHEIMER

● Segundo o relatório de Rheinheimer, o consultor Arthur Teixeira, apontado como lobista do cartel, disse a ele que o secretário estadual da Casa Civil, Edson Aparecido (PSDB), e o deputado federal Arnaldo Jardim (PPS) receberam propina. Eles negam, enfaticamente, qualquer irregularidade

● Ainda segundo o relatório de Rheinheimer, o senador Aloysio Nunes (PSDB), os secretários de Alckmin José Aníbal (PSDB), Jurandir Fernandes (PSDB) e Rodrigo Garcia (DEM), além do deputado federal Walter Feldman (PSB) e do deputado estadual Campos Machado (PTB), têm relação próxima com Arthur Teixeira. Todos negam manter qualquer relação com o suspeito

● O relatório de Rheinheimer diz, ainda, que o ex-governador do Distrito Federal José Roberto Arruda e o vice-governador do Distrito Federal, Tadeu Filippelli, são "políticos envolvidos com a MGE Transportes", apontada pelo Ministério Público e pela Polícia Federal como uma das rotas da propina. Eles ainda não se pronunciaram sobre o assunto

#### ACORDO POLÍTICO SOLICITADO

Em troca de informações sobre "prática de corrupção" em projetos metroferroviários no Estado de São Paulo, o ex-diretor da Siemens pede ajuda "do partido", numa referência ao PT, para ser indicado para cargo na Vale

Tenho provas suficientes para ajudar o MP-SP a retomar imediatamente as investigações sobre a prática de corrupção em pelo menos seis projetos metro-ferroviários no estado de São Paulo e no Distrito Federal e gostaria de levar este assunto adiante.

O acordo que proponho a seguir não tem nenhum risco, mas envolve minha indicação para uma diretoria executiva da Vale no médio prazo.

#### 5. Delação

Em outubro, o ex-diretor da Siemens Everton Rheinheimer fez acordo de delação premiada com a Polícia Federal, no qual afirma ter provas de corrupção e confirma os nomes que citou no relatório